

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: DA BASE TÉCNICA MANUFATUREIRA CONTIDA NA DIDÁTICA COMENIANA À FLEXIBILIZAÇÃO, SIMPLIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Olga Maria dos Reis Ferro¹
Iara Augusta da Silva²

Eixo temático - Educação Superior

1. Introdução

As indagações a respeito da organização do trabalho didático do professor moderno realizadas durante as aulas no Curso de doutorado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), motivaram a escrita deste texto. O objetivo geral é resgatar as contribuições comenianas para o entendimento do trabalho docente no ensino superior, nos tempos atuais. Quanto aos objetivos específicos, a proposta é: a) descrever os “votos” de Comênio para a edificação da Academia de seu tempo histórico, demarcando a divisão e objetivação do trabalho do professor; b) descrever a flexibilização, simplificação e precarização do trabalho docente na contemporaneidade, consoante a reforma universitária, a partir de 1990, sob a influência do modo de acumulação do capital.

A análise realizada sob a perspectiva histórica tem como referência os estudos desenvolvidos por Marx e Engels (1999), na obra *A Ideologia Alemã*. Quanto aos procedimentos metodológicos a opção se deu pela pesquisa bibliográfica, estabelecendo uma interlocução com a obra clássica *Didática Magna*, escrita por João Amós Comênio, em 1657, e também com obras de autores contemporâneos que discutem o trabalho docente no ensino superior, bem como a reforma universitária.

2. Os votos de João Amós Comênio para a organização do trabalho didático na Academia

A superação gradativa do modo de produção artesanal, baseado nas relações de trabalho travadas entre mestres e aprendizes nas corporações de ofício, pelas manufaturas, cuja divisão do trabalho passa a determinar a produção das mercadorias necessárias para a

¹ Mestre em Educação/UFMS (2001) e Doutoranda em Educação/UFMS (2008-2012). Professora concursada - Assistente II, atua em pesquisa e no ensino da área de fundamentos da educação em Cursos de Licenciaturas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Câmpus de Aquidauana -MS/Brasil. UNIDADE I - Praça N. S. Conceição, 163 - Centro 79.200-000 - Caixa Postal – 135, e-mail olgareis@uol.com.br.

² Mestre em Educação/UFMS (2001) e Doutoranda em Educação/UFMS (2009-2012) – 79.022-903 – Campo Grande – Mato Grosso do Sul – Brasil – iasilva1@terra.com.br

vida dos homens, gerou, como consequência, mudanças, na demanda por educação e na forma de organizar a sua oferta. As novas necessidades de educação para a burguesia, agora plenamente estabelecida como classe hegemônica, irão traçar novos caminhos e finalidades para a universidade, bem como novas formas de relação entre professor e alunos.

Gilberto Luiz Alves (2001), tomado como referência ao explicar a origem social da escola pública contemporânea³, parte de uma tese central. Para o historiador da educação, a chave que explica a origem da educação moderna é a base técnica do trabalho na Idade Moderna. É na materialidade das relações capitalistas de trabalho que o autor fixou a sua análise. Segundo seu entendimento, o trabalho didático vai, também, como toda e qualquer forma de trabalho gerada sob a ótica burguesa, sofrer a determinação da divisão do trabalho. Para radicalizar, afirma ser manufatureira a escola do nosso tempo. Ele localiza na época das manufaturas a origem desta instituição. A mesma divisão manufatureira do trabalho, imposta ao processo produtivo capitalista, determinará a organização da escola moderna. O trabalho didático é, originalmente, produto das condições sociais. Nesse sentido, para esclarecer sua organização é preciso, obviamente, explicitar tais condições. Assim, Alves (2001) realiza uma análise com o objetivo de entender as condições históricas que presidiram o nascimento da educação e da escola modernas. Conseqüentemente, procura nas origens da própria sociedade moderna os fundamentos da educação que lhe corresponde.

A Reforma Protestante, capitaneada por Lutero, é reconhecida por Alves (2001) como a fonte original da ideia moderna de escola pública. Entre os reformadores, o autor destaca particularmente Comênio. O educador morávio teria sido o primeiro a elaborar, de forma sistemática, uma didática inspirada na base técnica de produção manufatureira capitalista. Por ser o modelo de trabalho mais adequado, cuja finalidade Comênio pretendia atingir, qual seja a edificação de uma escola capaz de democratizar o ensino às massas - “ensinar tudo a todos”, com economia de tempo e dinheiro. Este é o fundamento da escola moderna, tanto estatal quanto privada e que perdura até os dias de hoje. Nesse sentido, Alves acentua que:

Comênio está na origem da escola moderna. A ele, mais do que a nenhum outro, coube o mérito de concebê-la. Nessa empreitada, foi impregnado pela clareza de que o estabelecimento escolar deveria ser pensado como uma *oficina de homens*; foi tomado pela convicção de que a escola deveria fundar a sua organização tendo como parâmetro as *artes*⁴.

³ A determinação da origem histórica da escola moderna é assunto que tem sido discutido no âmbito acadêmico. Autores como Lorenzo Luzuriaga (1959), Elaine Marta Teixeira Lopes (1981), Gilberto Luiz Alves (2001), Dermeval Saviani (2004) tem se dedicado a entender o processo de constituição da escola do nosso tempo.

⁴ ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 81.

Comênio estava atento às transformações históricas de sua época. Entendia que a indústria artesanal das corporações medievais, onde o artesão livre e virtuoso desenvolvia todas as operações necessárias para a fabricação da mercadoria, já dava mostras de que seria superada pela manufatura. O novo modo de produção capitalista⁵ impunha profundas alterações no processo de trabalho. Na base técnica da manufatura, diferentemente do artesanato, os operários assalariados, reunidos num único local de trabalho e sob o comando do capitalista, passam a trabalhar juntos, de acordo com um plano de produção, em regime de cooperação. O resultado da produção coletiva, segundo as regras da divisão do trabalho, foi o aumento da força produtiva. Isso significa dizer que um mesmo número de trabalhador, atuando em cooperação, poderá fabricar uma quantidade maior de mercadorias que o mesmo número de artífice, atuando individualmente nas oficinas, fabricava. Isso em decorrência da divisão do trabalho e do emprego de determinadas tecnologias que permitem simplificar⁶ e objetivar o trabalho assalariado, bem como o barateamento da força de trabalho.

Esse modo de produção capitalista, fundado essencialmente na divisão do trabalho, tinha como finalidade aumentar a produção e o lucro do capital, produzir “de tudo para trocar com todos”, as expensas da mais-valia absoluta extraída do trabalhador. Da mesma forma, Comênio, apreendendo essa transformação social, julgou ser necessário que, no âmbito da escola, também houvesse uma nova didática, um novo método universal capaz de instruir toda a juventude de maneira rápida, fácil, sólida e de custo barateado.

A Didática Magna contém a linha fundamental da educação apregoada por Comênio. Nesta obra, de reconhecido valor no campo da pedagogia, Comênio traça, com profundidade, as características da organização da escola necessária para o novo tempo que surgia e explicita sua concepção de ensino, de escola, de método e de tecnologias (instrumentos) de ensino, enfim, revela com traços firmes e racionais o modelo de instituição educativa que iria se estabelecer na sociedade moderna, cujo legado se faz presente na sociedade contemporânea.

Quanto à universidade moderna, especificamente, Comênio expõe o seu pensamento sobre a organização do trabalho didático em — Da Academia — capítulo XXI, da *Didática*

⁵ Segundo Marx (1996, p. 439): A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista.

⁶ Com a divisão do trabalho, o trabalhador manufatureiro perdeu o controle da totalidade do processo de trabalho. Cada vez mais especializado, ele passa a se ocupar de uma ou de poucas operações simples

Magna. Coménio ao tratar dos graus⁷ que deveriam compor a organização das instituições escolares na sua época, em conformidade com a idade e com o nível de aproveitamento dos estudantes, formula, também, a base técnica operacional do trabalho pedagógico na Academia, a ser frequentada por pessoas de 19 a 24 anos. A Academia, que deveria existir em todos os reinos e até nas províncias mais importantes, era o último grau de ensino, sendo destinado à formação da juventude. Ao iniciar a sua explanação sobre as características da organização dessa fase da educação dos jovens, o estudioso morávio deixa explícito que o método proposto na *Didáctica Magna* não se estende à Academia (Universidade). No entanto, ele diz que não há nenhum mal em revelar os seus “votos” sobre este grau de ensino, ao qual segundo ele, só deveriam ter acesso os “engenhos mais seletos, a flor dos homens; os outros serão enviados para a charrua, para as profissões manuais, para o comércio, para as quais, aliás, nasceram”⁸. O pensador mostra como deveria ser o trabalho na Academia, da seguinte forma:

- I. Se façam estudos verdadeiramente universais, de tal maneira que nada exista nas letras e nas ciências humanas que lá se não ministre.
- II. Se adotem os métodos mais fáceis e mais seguros, para imbuir todos aqueles que as frequentam de uma erudição sólida.
- III. Que os cargos públicos não sejam confiados senão àqueles que nelas se prepararam com sucesso, e que são dignos e idôneos para se lhes entregue com segurança o governo das coisas humanas⁹.

Ainda, no mesmo Capítulo, Coménio, ao explicar cada um desses “votos”, faz outras explanações que revelam, com clareza, a natureza da organização do trabalho didático na universidade, nos primórdios da sociedade moderna. O autor indica uma série de procedimentos que deverão ser utilizados para que o trabalho na Academia prossiga mais facilmente e com maior sucesso. São eles: os colóquios públicos baseados nos livros lidos, as preleções do professor (lições), os questionamentos dos alunos, os livros a serem estudados (resumos de autores), as viagens para ampliar os conhecimentos, os exames públicos (na presença de inspetores do Estado) para verificar o progresso teórico e prático dos alunos (para conferir título de Doutor ou de Mestre), a criação de uma *sociedade didáctica* para descobrir

⁷ Uma instituição escolar, no entender de Coménio (1996, p. 410), deveria ter quatro graus, cada um com a duração de seis anos. São eles: o regaço materno (0 a 06 anos); a escola primária ou escola pública de língua vernácula (07 a 12 anos); a escola de latim ou ginásio (13 a 18 anos); a academia e as viagens (19 a 24 anos).

⁸ Coménio, J. A. **Didáctica magna**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 447.

⁹ *Ibid.*, p. 447

os fundamentos das ciências, com o objetivo de depurar e difundir a sabedoria, bem como despertar o interesse do homem para com as novas invenções¹⁰.

Comênio, um genuíno representante do movimento da Reforma, deixa explícita a sua posição a respeito dos materiais didáticos que o professor deveria lançar mão para desenvolver a sua “arte de ensinar”. O manual didático é a principal ferramenta proposta pelo educador morávio¹¹. Ao expor suas idéias sobre o melhor método a ser seguido pelo professor para executar com segurança o ato educativo, Comênio recomenda reiteradamente, o uso do manual didático pelo professor e pelos alunos em todos os graus escolares. Assim, por exemplo, o autor sugere que se peça às pessoas dotas, aos filósofos, aos teólogos e aos médicos, por exemplo, que façam resumos (a ser editados) das “coisas substanciais” das obras de autores como Cícero, Lívio, Platão, Aristóteles, Plutarco, Santo Agostinho, entre outros, para serem lidos pela juventude que deveria frequentar a Academia (Universidade).

Das lições do pensador morávio abstraiu-se que cada época histórica engendra um modo de organização do trabalho humano, conforme os desdobramentos (necessidades produzidas e as condições materiais e espirituais para resolvê-las, tais como os meios de produção, força produtiva, entre outros) do estágio particular de produção da riqueza social daquela época, cujo escopo, a partir do rompimento com o modo de produção feudal, sempre foi a economia de dispêndios financeiros na produção, simplificação e exploração do trabalho humano, aumento da produção e circulação de mercadoria, como forma de realização do lucro e acúmulo do capital nas mãos do capitalista, detentor dos meios de produção. A combinação destes elementos, de forma racional, é que compõem a base técnica de produção de uma determinada fase histórica do capital. Para Marx (1998), a elevação do grau de desenvolvimento das forças produtivas decorre da elevação do grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho expressado na objetivação e alienação (do trabalhador) dentro desse processo. É o capital produzindo para si e alienando o trabalhador da totalidade do processo produtivo.

¹⁰ *Ibid.*, p. 449-454.

¹¹ A realização do grandioso empreendimento educacional proposto por Comênio pressupunha a economia de tempo e de dinheiro, marca da nova ordem social capitalista (manufaturas) que surgia dos escombros do período feudal. Era necessário baratear a educação que se almejava oferecer a todos os homens e mulheres (universalização do ensino). Nesse sentido, Comênio propõe o uso dos manuais didáticos como uma solução para os custos do ensino. Para educar de forma sólida, rápida e eficiente era suficiente que o professor usasse esse instrumento, no qual estava objetivado o trabalho didático e, como consequência, simplificou as atividades do professor manufatureiro. O professor “sábio”, que dominava todos os campos do conhecimento, exaltado pelo humanista Erasmo é superado pelo tempo. (Alves, 2001, p. 86-89).

Três séculos após a produção da proposta de educação manufatureira de Comênio para a edificação da Academia, no sentido de sua organização didática, percebe-se que não se pode tergiversar aos seus “votos”, no momento mesmo em que se analisa o trabalho docente no ensino superior brasileiro, na contemporaneidade. O trabalho manufatureiro, configurado na passagem do século XVII para o século XVIII, sofreu um substancial desenvolvimento. Contudo, na contemporaneidade, não perdeu a essência da composição orgânica e da base técnica do trabalho moderno, daí a importância em revisitar a obra comeniana, a fim de se verificar como ela se materializa na organização do trabalho didático do professor universitário de nosso tempo.

3. O trabalho docente no ensino superior público e privado na contemporaneidade.

Na contemporaneidade, o trabalho docente no ensino superior público/estatal e, também, em instituições privadas tem sua organização didática inspirada no processo de mercadorização e de mercantilização da educação, conforme as demandas das relações de produção que apresentaram significativas mudanças, no mundo do trabalho, a partir da década de 1970, em função da crise de acumulação do capital, em escala mundial.

É de consenso dos pesquisadores da Academia que, particularmente, a partir de 1970 a sociedade capitalista – mundialmente – reestruturou sua base técnica produtiva de trabalho, a partir de uma nova racionalidade de produção de mais-valia e agregação de valor ao capital. “É exatamente o consenso de que vivemos uma conjuntura em que os dados objetivos demonstram importante transição histórica”¹². Mas é importante frisar que o capitalismo, independente da reestruturação de sua base produtiva, continua sendo capitalismo, como o mesmo objeto, objetivo e prática, cuja finalidade é extorquir mais-valia, agregar valor, produzir e reproduzir-se. As principais características dessa reestruturação produtiva, na fase atual de mundialização do capital¹³, são: a) divisão internacional do trabalho; b) desregulamentação do mercado de capitais; c) ampliação dos setores de serviços; d) interação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo; e) inovações científicas e tecnológicas; f)

¹² SANFELICE, José Luís. Transformações no Estado-nação e impactos na Educação. . In: LUCENA, Carlos. (org.) **Capitalismo, estado e educação**. Campinas, SP: Editora alínea, 2008

¹³ Na definição de Chesnais, a expressão “mundialização do capital” é a que “traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”. No mesmo sentido, a expressão se reporta à esfera financeira, para as chamadas “operações de arbitragem”. Segundo esse autor, a integração internacional dos mercados financeiros resulta “da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real”, porém, baseia-se, sobretudo, em “operações de arbitragem feitas pelos mais importantes e mais internacionalizados gestores de carteiras de ativos, cujo resultado decide a integração ou exclusão em relação às “benesses das finanças de mercado”. Dessa forma, “não é todo o planeta que interessa ao capital.” (CHESNAIS, 1996, p.17-18).

subsunção real do trabalho ao capital em sua magnitude; g) fluidez e flexibilização do trabalho; h) capital financeiro, entre outros. Esse cenário reivindica a expansão, senão a universalização da educação, em todos os seus níveis, pelos Estados-nação. Em relação à expansão e, quiçá, universalização, do ensino superior, na passagem do século XX para o século XXI, o Brasil apresentava e apresenta, ainda, um quadro desolador. Eis o que diz Sguissardi, um pesquisador brasileiro:

Os dados apontam para um quadro da educação superior do país sob muitos aspectos extremamente precário e desafiador. A educação superior continua elitista e cada vez mais privatizada. A oferta de vagas, além de se fazer cada dia em maior proporção no setor privado, é extremamente insuficiente diante da demanda reprimida e do número cada vez maior dos concluintes do ensino médio que tende a ser quatro a cinco vezes maior do que o número de vagas oferecido anualmente para a educação superior. Outro complicador desta realidade é a excessiva concentração regional (no Sudeste) da oferta de vagas. [...]. Isto ocorre na graduação e ainda em maior grau na pós-graduação e, nesta, de modo especial no nível do doutorado: apenas a USP titula em torno de metade dos doutores formados anualmente no país.¹⁴

O autor aponta para a necessidade de as instituições de ensino superior brasileiras modificarem, radicalmente, a sua forma de operacionalização da oferta no sentido de viabilizar a democratização de ensino, extensão e pesquisa, ou seja, reformar-se. Contudo, os princípios mais gerais da reforma universitária foram elaborados sob as diretrizes da reforma do Estado brasileiro que ocorreu a partir de 1995, sob a direção do Ministério de Administração e Reforma do Aparelho do Estado, conforme a lógica do mercado, particularmente, animada pela figura dos organismos multilaterais, tais como: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial – BM, Fundo Monetário Internacional - FMI, entre outros. Trata-se de um programa de reforma cuja ideologia e racionalidade foram se implantando aos poucos sem que seus impactos causassem radicais movimentos revolucionários, mesmo já estando presentes, nos aspectos dessa reforma do ensino superior brasileiro, os fundamentos de uma composição orgânica e base técnica de trabalho mais flexível, fluida e competitiva, cuja finalidade é agregar valor ao capital.

A partir da reforma do ensino superior brasileiro, produziu-se uma tendência plasmada na organização do trabalho docente com base no revolucionamento da divisão do trabalho, por meio da simplificação e precarização do trabalho do professor. Segundo Silva

¹⁴ SGUISSARDI, Valdemar. O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas? In: SGUISSARDI, Valdemar. (Org). Educação superior: Velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000. P. 20.

O crescente empresariamento da educação superior tende à *simplificação* do trabalho docente. Em consequência é a *desqualificação* do trabalho nessa área, reduzido a trabalho simples, portanto, a fácil execução, esse trabalho pode prescindir de maior especialização. A simplificação do trabalho educativo também pode ocorrer pelo uso de recursos materiais, equipamentos, novas tecnologias, padronização de aulas, cursos a distância. O resultado desse processo de trabalho é uma educação aligeirada, um produto mitificado, mercadoria que ofusca o trabalho de seu criador. Nesse sentido o trabalho docente prescinde de uma qualificação mais complexa. Por outro lado a *intensificação extensiva e intensiva* do trabalho docente se refletirá no salário e nas condições de trabalho, além de dificultar o investimento dos professores na organização coletiva, redundando esse fato no *enfraquecimento* das lutas dos trabalhadores, que tem na docência seu meio de vida¹⁵. (grifos da autora).

No ensino superior público/estatal brasileiro essa realidade pode ser confirmada pela parceria que as universidades vêm promovendo no e com o mercado, cuja finalidade é a de expandir o acesso das classes “C” e “D” ao ensino superior sem, contudo, garantir o aumento do financiamento público¹⁶ para essa expansão. Devido à especificidade da estrutura deste texto, serão elencados, em forma de tópicos, apenas alguns elementos dessa parceria que tem levado à simplificação, precarização e generalização do trabalho docente, tais como: a) implantação da lei de Diretrizes e Bases da Educação/MEC/1996; b) Programa Universidade para Todos – PROUNI (MP nº. 213/2004), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de cinquenta por cento (meia-bolsa) para cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos; c) implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (Decreto Presidencial nº 6.096/2007); d) ampliação de Cursos e vagas para discentes sem o necessário aumento do quadro docente e aumento da equivalência na relação professor/aluno; e) contratação de professores temporários, na condição de professores horistas, cuja exigência de qualificação se restringe ao nível *lato-sensu*; f) diminuição dos quadros administrativos e transferências de parcelas de atividades administrativas aos docentes; g) criação da GED – Gratificação de Estímulo a Docência, esvaziando a atividade de pesquisa e estimulando a atividade de ensino e extensão; h) reforma

¹⁵ SILVA, Maria Emília Pereira da. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior:** entre o público e o mercantil. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2009.

¹⁶ Segundo Silva (2009, p. 66-67) “As restrições financeiras imputadas ao setor público podem ser verificadas na redução do financiamento público em relação ao produto Interno Bruto (PIB) nacional para o conjunto das IES federais, entre 1994 e 2001. A limitação financeira foi tal (de 0,91% para 0,56%) que a maioria dos *Campi* universitários ficou em situação precária, especialmente, pela redução, nesses anos, de 2/3 dos recursos para o capital e custeio repassados pelo governo federal. Considerando o período de 2002 a 2006, tomando por base esse mesmo indicador de riqueza nacional (PIB), os percentuais, respectivamente, de 0,57% e 0,62%, indicam uma pequena elevação, no entanto, se comparados a 1989 (0,97%) e 1994 (0,91%), ainda eram limitados até 2006 os recursos financeiros destinados às instituições federais de Ensino Superior no país”

curricular dos Cursos, em especial, dos Cursos de licenciaturas, desencadeando a otimização das disciplinas na forma de integralização das disciplinas de fundamentos em blocos ou núcleos de estudo, diminuindo a carga horária dos fundamentos e aumento da carga horária de estágio e prática de ensino; i) implantação da semestralização curricular dos cursos, possibilitando a criação do sistema de mobilização dos alunos entre as disciplinas de diferentes cursos de habilitação para o magistério, ocasionando, assim, o significativo aumento de alunos em sala de aula, de determinadas disciplinas, em especial as de fundamentos; j) aviltamento do salário dos professores; k) implantação da educação a distancia; l) implantação das Parcerias Público-Privadas (PPP), regulamentadas pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para a licitação e contratação de parceria público/privada no âmbito da administração pública, permitindo a entrada de capital privado para o financiamento de projetos de pesquisa na instituição pública/estatal ou de capital de fundo público investido em instituições de ensino superior privado¹⁷ e, com isso, a exigência da produtividade do trabalho do professor, entre outros.

Essa reforma do ensino superior, que tem como lastro a exploração e precarização do trabalho docente nas instituições público/estatal já é um indício de que a universidade vem minando todas as possibilidades de os alunos terem acesso à cultura universal e humanista, como por exemplo, leitura de textos clássicos da história do pensamento humano, mesmo que seja na forma de antologia organizada e mediada pela interlocução analítica e crítica de algum pesquisador da academia; atividades culturais, pesquisa, entre outros.

Dado ao aligeiramento do modelo de formação em habilitação para o magistério adotado a partir da reforma universitária, dos anos de 1990, no Brasil, os alunos, nas disciplinas de fundamentos que foram aglutinadas em blocos de carga horária reduzida, leem textos apostilados, hipertextos on-line e algum capítulo de livro indicado pelo professor; já nas disciplinas metodológicas ligadas ao estágio e às práticas de ensino, leem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para o ensino Fundamental, elaborados pelo Ministério de Cultura e Educação/MEC (1996) e outros textos, de ordem prática, adotados pelo professor.

Conforme exposto, percebe-se que a lógica e a racionalidade administrativa para a expansão do ensino superior brasileiro, no período que corresponde a 1995-2010 (governos de

¹⁷ O PROUNI, criado pela MP nº. 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. É uma forma de modalidade de PPP, no âmbito do Ensino Superior busca expandir o acesso a esse nível de ensino sem recorrer ao fundo público. Tem como finalidade “a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contra partida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa (MEC, 2006, apud SILVA, 2009, p. 68)

FHC e LULA) teve como dispositivo técnico central a diferenciação e a diversificação da oferta. O que isso significa? De um lado, a diferenciação significou a mudança na categoria administrativa das instituições e, de outro, a diversificação significou a divisão do trabalho institucional, materializado na especialização, flexibilização e precarização do trabalho do professor e, por conseguinte, o aligeiramento da formação do aluno.

4. Considerações finais

Dessa forma, é possível inferir que, ainda hoje, no âmbito das escolas públicas contemporâneas mundiais e do Brasil, apesar de todo o arsenal tecnológico produzido pelo homem, a organização do trabalho didático pouco alterou a sua base técnica, em relação à proposta comeniana de objetivação de trabalho do professor, uma vez que o principal instrumento utilizado pelo professor para veicular o conhecimento, continua sendo o velho manual didático.

Embora muito se tenha alardeado, no campo das políticas públicas de educação, sobre os efeitos transformadores e inovadores do ensino, com a chegada dos computadores nas escolas, é sabido que não basta disponibilizar a nova tecnologia, ela por si só não é capaz de fazer a revolução tão almejada. Pois os efeitos da reestruturação produtiva no trabalho em geral (flexibilização, fluidez, precarização, entre outros) exacerbaram, exponencialmente, a objetivação e a subsunção real do trabalho docente ao capital, na contemporaneidade. Isto significa que o professor perdeu a totalidade do processo de seu trabalho, é um trabalhador simples e cada vez mais especializado, tal qual o professor manufactureiro forjado por Comênio em seu tempo histórico.

5. Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COMÊNIO, J. A. **Didáctica magna**: tratado universal de ensinar tudo a todos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 447.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**. t. 1, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANFELICE, José Luís. Transformações no Estado-nação e impactos na Educação. In: LUCENA, Carlos. (org.) **Capitalismo, estado e educação**. Campinas, SP: Editora alínea, 2008

SGUISSARDI, Valdemar. O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas? In: SGUISSARDI, Valdemar. (Org). **Educação superior: Velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

SILVA, Maria Emília Pereira da. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil**. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2009.